

DESCRIÇÃO DO FUNDO

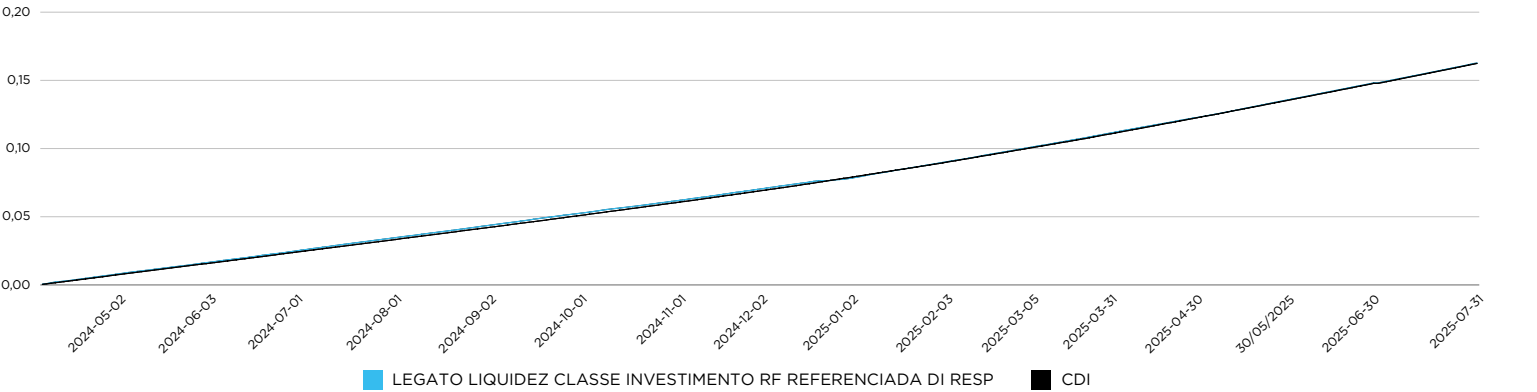
O fundo tem como objetivo proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação dos recursos em ativos financeiros disponíveis nos mercados de renda fixa, mas com foco na alocação, direta ou indireta, no mercado de renda fixa crédito público e privado, observadas as disposições da política de investimento, priorizando a liquidez dos títulos, de acordo com a proposta de aplicação e resgate característica do fundo.

TABELA DE RENTABILIDADE

2025		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OU	NOV	DEZ	ANO	INICIO	12 MESES
	FUNDO	1,10%	1,00%	0,97%	1,02%	1,15%	1,10%	1,27%						7,86%	16,27%	12,46%
	CDI	1,01%	0,99%	0,96%	1,06%	1,14%	1,10%	1,28%						7,77%	16,24%	12,58%
	% CDI	108,9%	101,3%	101,3%	96,8%	101,0%	100,2%	99,4%						101,2%	100,2%	99,1%
	CDI+ (A.A.)	1,03%	0,16%	0,17%	-0,43%	0,14%	0,02%	-0,08%						0,15%	0,02%	-0,11%

2024		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OU	NOV	DEZ	ANO	INICIO	12 MESES
	FUNDO				0,78%	0,84%	0,81%	0,95%	0,88%	0,85%	0,89%	0,79%	0,74%	7,80%	7,80%	
	CDI				0,73%	0,83%	0,79%	0,91%	0,87%	0,83%	0,93%	0,79%	0,93%	7,86%	7,86%	
	% CDI				107,5%	101,3%	102,6%	105,0%	101,6%	101,7%	96,1%	100,2%	79,7%	99,2%	99,2%	
	CDI+ (A.A.)				0,76%	0,13%	0,25%	0,50%	0,16%	0,17%	-0,39%	0,02%	-2,23%	-0,09%	-0,09%	

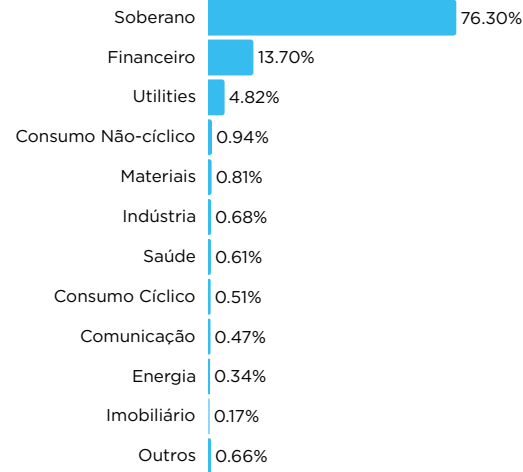
GRÁFICO DE RENTABILIDADE



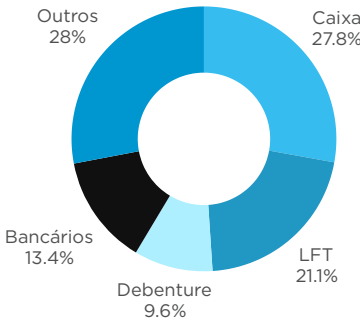
POSICIONAMENTO E PERFORMANCE

Em julho, o fundo registrou uma performance anualizada de CDI-0,08% (99,4% do CDI), acumulando, em 2025, uma performance de CDI+0,15% (101,2% do CDI). As principais contribuições positivas da carteira vieram das debêntures de Eletrobrás, Suzano e Energisa. Mantemos uma alocação elevada em caixa, LFTs e títulos bancários de curto prazo, e seguimos reduzindo a duration da carteira, considerando nossa visão de que os spreads de crédito apresentam um risco-retorno menos atrativo na grande maioria dos papéis high grade.

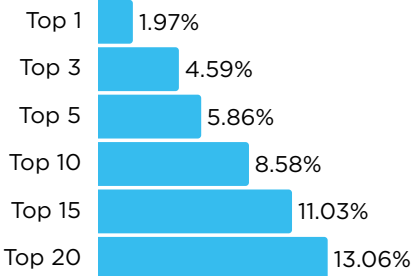
PERFORMANCE



CLASSE DE ATIVOS



DIVERSIFICAÇÃO



INFORMAÇÕES GERAIS

Data de Início	4/abr/24
Aplicação Mínima	R\$ 100,00
Movimentação Mínima	R\$ 100,00
Saldo Mínimo	R\$ 100,00
Cotização Aplicação	D + 0
Cotização Resgate	D + 0
Liquidação Resgate	D + 0
Taxa de Administração	0,35%a.a.
Taxa de Custódia	-
Público Alvo	Investidores em Geral
Taxa máxima de Administração/Gestão:	2,93%

INFORMAÇÕES MOVIMENTAÇÕES

Horário Limite de Movimentação	16h00
Tributação	Longo Prazo
Classificação Anbima	Renda Fixa Referenciada DI
Código Anbima	550.191
Custódia	S3 CACEIS BRASIL DTVM S.A.
Administração	S3 CACEIS BRASIL DTVM S.A
Gestão	Paramis BR Investimentos LTDA.
Auditoria	ERNST & YOUNG S/S LTA.
CNPJ Fundo	54.022.134/0001-32
Dados Bancários	Ag: 2271 C/C: 13014282-9 Banco: (033) Santander

PERFORMANCE

Valor Inicial da Cota	1,0000000
Valor da Cota	1,1626962
Patrimônio Líquido (PL)	R\$ 731.652.903
Meses Positivos	15
Meses Negativos	0
Meses Acima do CDI	12
Meses Abaixo do CDI	3
Maior Retorno Mensal	1,15%
Menor Retorno Mensal	0,74%
Taxa de Performance	20% do que exceder 100% CDI

ALGUMAS EMPRESAS INVESTIDAS



COMENTÁRIO DO GESTOR

As tensões comerciais entre Estados Unidos e Brasil ganharam protagonismo em julho, após o anúncio unilateral de tarifas de 50% sobre produtos brasileiros por parte do governo americano. A medida, com vigência prevista para 1º de agosto, foi interpretada como um movimento de cunho muito mais político do que econômico por parte do presidente Donald Trump, a reboque da reunião dos BRICs realizada no Rio de Janeiro e do agravamento da situação jurídica de Jair Bolsonaro, que é vista pelo atual governo americano como perseguição política. No mesmo período, avançaram as negociações de um acordo comercial entre Estados Unidos e União Europeia, com sinalizações mútuas de maior abertura. Enquanto isso, no Brasil, o governo mostrou-se pouco capaz de proativamente articular uma negociação funcional com os americanos. Trump, ao final do mês, baixou ordem executiva que exetuoou cerca de 700 produtos da pauta tarifária, mas implementou a nova tarifa para os demais produtos brasileiros a partir do dia 06 de agosto. Nesse contexto, o Ibovespa recuou 4,2% no mês, refletindo a deterioração da confiança dos investidores em relação a países emergentes, evidenciada pelo resgate líquido de R\$ 6,2 Bi por parte de investidores estrangeiros da bolsa local. Já os índices internacionais apresentaram desempenho positivo: o S&P 500 valorizou 2,2% e o Euro Stoxx 50 avançou 0,31%, impulsionados por expectativas de maior integração comercial transatlântica e dados econômicos resilientes nas economias centrais.

O Federal Reserve manteve sua taxa básica de juros entre 4,25% e 4,50% ao ano, pela quinta reunião consecutiva. Embora amplamente esperada, a decisão ganhou contornos políticos após críticas públicas do presidente Trump ao presidente do Fed, Jerome Powell, por não adotar uma postura mais agressiva de cortes. O comunicado da autoridade monetária reconheceu a moderação da atividade econômica no primeiro semestre, mas ressaltou a elevada incerteza sobre as perspectivas de inflação e emprego, justificando a manutenção da política restritiva. Já o Copom manteve a taxa Selic em 15% ao ano, encerrando o ciclo de alta. A decisão veio acompanhada de um comunicado que destacou o cenário de expectativas de inflação desancoradas, resiliência da atividade econômica e pressões no mercado de trabalho — fatores que, segundo o comitê, justificam a manutenção de uma política monetária "significativamente contracionista por período bastante prolongado". O Copom também reconheceu os riscos derivados do aumento das tensões comerciais com os Estados Unidos e reforçou a cautela diante da incerteza fiscal.

No mercado local, o destaque do mês foi a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de derrubar o decreto legislativo que havia revogado os efeitos do decreto presidencial sobre a alíquota do IOF. Na prática, isso restabeleceu a elevação do imposto sobre diversas operações financeiras, como operações de câmbio e investimentos em FIDCs — medida que havia sido amplamente criticada pelo setor produtivo e pelo mercado financeiro. A decisão foi interpretada como uma vitória do Executivo e reacendeu preocupações sobre a estabilidade regulatória e a previsibilidade tributária no país. Já a MP 1.303/25, que elevou o imposto de renda para determinados ativos até então isentos, segue na prorrogação de seu prazo de vigência até 08 de outubro, aguardando análise da comissão presidida pelo Senador Renan Calheiros (MDB-AL). Espera-se que a comissão manifeste-se sobre a medida até o final de agosto, dependendo ainda da aprovação pelos plenários da Câmara e do Senado.

Outro tema relevante em julho foi o inesperado avanço da PEC 66/2023, aprovada em segundo turno pela Câmara dos Deputados em 15 de julho. A proposta altera as regras de pagamento de precatórios federais, estaduais e municipais, retirando-os do limite de despesas primárias a partir de 2026 e estabelecendo um modelo escalonado de pagamento, que varia de 1% a 5% da Receita Corrente Líquida (RCL), conforme o tamanho da dívida acumulada. A atualização monetária ficará atrelada ao IPCA + 2% ao ano ou à Selic, o que for menor.

Os episódios do decreto do IOF, MP 1303 e PEC66 são exemplos de ações governamentais com o condão de elevar o grau de incerteza sobre o ambiente jurídico-tributário do país, pressionando os ativos domésticos e contribuindo para a deterioração do sentimento de risco local, com reflexos perceptíveis na curva de juros. Neste cenário, a curva de juros nominal teve estabilidade nos vértices curtos, mas abertura relevante nos vértices intermediários e longos. Em meio às elevadas incertezas que ainda cercam os ativos de risco locais, o mercado de crédito privado segue se destacando como importante alternativa para os investidores, registrando novos recordes de captação.

Os fundos de crédito tradicionais captaram R\$ 18,5 bilhões no mês, enquanto os fundos de infraestrutura somaram R\$ 10,3 bilhões em captação, segundo dados da ABC Research. No mês, os spreads de crédito, medidos pelo índice IDEX-DI, apresentaram leve abertura de 3 bps, acumulando fechamento de 55 no ano. Já os spreads de ativos de crédito de infraestrutura, apurados por meio do IDEX-Infra, recuaram 15 bps no mês.

Diante do ambiente macroeconômico desafiador e da avaliação de que o risco-retorno de boa parte dos ativos de crédito está pouco atrativo, respondendo mais aos fluxos de captação do que aos fundamentos das empresas e operações, temos mantido uma postura defensiva nos fundos de crédito. Seguimos priorizando a análise fundamentalista, o monitoramento contínuo da liquidez e a solidez das estruturas jurídicas das operações.

Conforme detalhado em nossa última carta mensal, nossas alocações de crédito estão organizadas em dois "books" distintos:

- Um book de ativos líquidos, com foco em papéis de curta duration e baixo risco de crédito – suportados por empresas com posições competitivas sólidas, modelos de negócios resilientes e balanços robustos. Essa alocação proporciona agilidade e maior resiliência em cenários de estresse;
- Um book menos líquido, composto por operações estruturadas com garantias robustas, que permitem capturar prêmios adicionais com boa relação risco-retorno.

Seguiremos acompanhando atentamente os desdobramentos nos cenários global e doméstico, ajustando nossas estratégias sempre que necessário, com o objetivo de proteger o capital dos investidores e buscar retornos consistentes e sustentáveis.

ACESSE NOSSOS CONTEÚDOS



Escaneie aqui
e acesse nosso
Linktree



Escaneie aqui
e acesse nosso
Canal do Youtube

As informações contidas neste material têm o caráter meramente informativo e não devem ser consideradas como oferta de venda, nem tampouco uma recomendação de investimentos dos referidos fundos de investimento. É recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento pelo investidor ao aplicar seus recursos. Rentabilidade passada não representa garantia de rentabilidade futura. A autorização para funcionamento e/ou venda das cotas deste fundo de investimento não implica, por parte da comissão de valores mobiliários ou da Anbima, garantia de veracidade das informações prestadas. Os investimentos dos fundos de investimento de que tratam este prospecto apresentam riscos para o investidor. Ainda que o gestor da carteira mantenha sistema de gerenciamento de risco, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o fundo de investimento e para o investidor, que não conta com garantia do administrador do fundo, do gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Os fundos de investimento podem utilizar estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento, as quais podem resultar em perdas patrimoniais para seus cotistas. A rentabilidade informada não é líquida de impostos. Este material não pode ser reproduzido, copiado ou distribuído para terceiros, total ou parcialmente, sem a expressa concordância da Paramis BR Investimentos. Esta carta não se caracteriza nem deve ser entendida como uma promessa ou um compromisso da Paramis BR Investimentos de realizar as operações ou estruturar os veículos de investimento aqui descritos. Esta carta não se caracteriza e não deve ser entendida como consultoria jurídica, contábil, regulatória ou fiscal em relação aos assuntos aqui tratados. Este material é meramente informativo, não considera objetivos de investimento, situação financeira ou necessidades individuais e particulares e não contém todas as informações que um investidor em potencial deve considerar ou analisar antes de investir. Os logos das empresas investidas foram utilizados como mera ilustração, podendo ser marca registrada de cada empresa.